



Bloco de Esquerda

Grupo Parlamentar

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 1302/XIII/3.^a

RECOMENDA A CRIAÇÃO E INSTALAÇÃO DE UM ARQUIVO SONORO NACIONAL

O património sonoro, essencialmente o musical ou o radiofónico, mas também os contos, lendas e outras vertentes da tradição oral, merece e carece medidas urgentes de salvaguarda e preservação.

A conservação, recuperação, reabilitação, estudo, valorização e divulgação do arquivo sonoro nacional tem sido feitas por inúmeras associações e algumas instituições públicas com um trabalho muito relevante e meritório. Contudo é consensual a importância da criação de um Arquivo Sonoro Nacional, à semelhança do que acontece com outras áreas do património, e em vários países do mundo.

A salvaguarda do património sonoro e a promoção do seu livre acesso é fundamental para a valorização do autoconhecimento e da memória e só um arquivo nacional o poderá fazer em pleno e de forma integrada.

Por estas razões, em 2007, foi anunciada a criação Arquivo Sonoro Nacional, pela então ministra da Cultura Isabel Pires de Lima, à data em que o Governo decide adquirir o espólio fonográfico português ao colecionador britânico Bruce Bastins, que reunia na sua coleção oito mil discos, sobretudo de fado. Na altura, o Governo criou uma comissão para a criação do arquivo. Entretanto, o Instituto de Etnomusicologia, em colaboração com o Museu do Fado, começou a desenvolver um importantíssimo trabalho na digitalização e disponibilização do espólio de Bruce Bastins, mas o projeto da criação de

arquivo nacional ficou em suspenso. Em novembro de 2013, é publicada a [Resolução da AR 150/2013](#) que recomenda a avaliação “dos aspetos conceptuais, institucionais e orçamentais inerentes à proteção dos documentos sonoros que sejam parte do património cultural português” e a ponderação de “medidas de proteção sistemáticas, tanto em termos arquivísticos como museológicos, dos documentos sonoros que sejam parte do património cultural português.”. Em 2014, o Governo de PSD e CDS anunciou a criação de uma nova equipa de trabalho, composta por dirigentes de diversos organismos públicos, para preparar o arquivo. O projeto não avançou. Já nas Grandes Opções do Plano 2016-2019, elaboradas pelo atual Governo, consta como prioridade “Lançar as bases e desenvolver o projeto de criação de um Arquivo Sonoro Nacional”. Contudo não se conhecem desenvolvimentos relevantes deste processo, e apenas são noticiadas especulações sobre onde será instalado o arquivo, avançando-se a hipótese da futura zona do hub criativo e empreendedor de Lisboa.

Passaram dez anos do primeiro anúncio e o Arquivo Sonoro Nacional ainda não foi criado.

É fundamental travar este eterno adiamento. Existem as capacidades técnicas e científicas necessárias e profissionais com formação, especialização e experiência, capazes de desenvolver um trabalho arquivístico de excelência, se para tal tiverem os meios necessários. E sendo certo que a infraestrutura do arquivo terá de ser dotada das condições físicas e tecnológicas necessárias para prática arquivística e para a sua disponibilização, nomeadamente, através da internet em livre acesso, tal não pode servir de desculpa para se adiar mais a execução do projeto.

A cada dia que passa aumentam as perdas irreparáveis que resultam da falta de salvaguarda e o custo do apagamento da memória coletiva cresce.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo que:

1. Crie e instale o arquivo sonoro nacional, até ao final da presente legislatura;
2. Lance um concurso público para a escolha da sua direção, no prazo de seis meses.

Assembleia da República, 02 de fevereiro de 2018.

As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda,